

ÉTICA NA MEDICINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Maria Luisa Omae, Gabriela Domingues e Bruno Rocha

Jairo Oliveira de Castro

Colégio Passionista São Paulo da Cruz

Resumo

Esse projeto se trata de uma iniciação científica e aborda o tema violência obstétrica, bem como suas consequências na sociedade. Além das pesquisas feitas sobre tal violência contra as mulheres, foi realizada também uma pesquisa de campo que proporciona uma visão mais ampla acerca do nível de entendimento das pessoas sobre o assunto, assim como a frequência com que esse abuso acontece.

Palavras-chave: 1. Mulheres 2. Violência Obstétrica 3. Saúde Pública 4. Ética 5. Pesquisa de campo

Introdução

A pesquisa têm sido, desde os primórdios da evolução da ciência, um dos métodos mais eficazes de se chegar a conclusões seguras que contribuam para disseminação de conhecimento e promovam mudanças em prol da humanidade como um todo. Tendo isso em vista, dentro desse tópico de estudo existem diferentes ramos, os quais neste trabalho iremos utilizar: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Este trabalho aborda o crescente números de casos de violência obstétrica no Brasil, abrangendo tópicos como a ética falha dentro da medicina, as legislações ineficientes e até inexistentes para esse tipo de violência em específico, os impactos emocionais diretos que acometem as vítimas e causam consequências duradouras e, por fim, a relação entre essa violência e o sistema de saúde público. Ademais, levando em consideração que um aumento exponencial dessa violência tem sido observado nos últimos anos, julgamos ser de extrema relevância abordar esse tópico de análise, cabendo a nós trazê-lo ao âmbito científico.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é abordar a relevância de uma postura ética na medicina, principalmente nas relações médico-paciente, enfatizando o crescente aumento dos casos de violência obstétrica no Brasil e suas consequências na sociedade. Esse estigma deve ser levado em consideração, já que afeta diretamente todas as mulheres, de forma física e psicológica, deixando mais vulneráveis aquelas de uma classe social mais baixa, que muitas vezes são desassistidas e prejudicadas por não ter acesso a informação correta e um ambiente seguro. Com essa pesquisa esperamos categorizar, com base em dados e relatos, a presença da violência obstétrica no Brasil.

Metodologia

Este trabalho foi pautado em uma metodologia mista, qualitativa e quantitativa, buscando analisar, dentro de diversas realidades sociais, a presença da violência obstétrica no Brasil. Diversos documentos foram analisados para o desenvolvimento dessa pesquisa, dentre artigos científicos e reportagens. Como outro método de análise foi realizada uma pesquisa de campo através de um formulário online acessado via QR code, que era respondido de forma anônima, visando a segurança dos envolvidos. O estudo prático foi realizado em diversos locais públicos de São Paulo (metrô, parques, shoppings etc), a fim de englobar variados grupos sociais e econômicos.

Desenvolvimento

Mesmo que o termo “violência obstétrica” seja relativamente novo, tal expressão caracteriza um problema social que vem perdurando na sociedade desde a antiguidade. A banalização desse tipo de violência, que acomete milhares de mulheres, é o reflexo de uma estrutura essencialmente patriarcal que perdura na sociedade à séculos. Analisando isso é possível compreender a importância de se discutir essa pauta não só no meio social, mas também no âmbito cultural e político e seus efeitos no geral.

O sexto artigo do código de ética médica postula “O médico guardará absoluto respeito pelo ser humano e atuará sempre em seu benefício, mesmo depois da morte. Jamais utilizará seus conhecimentos para causar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativas contra sua dignidade e integridade.”. Posto isso, é imprescindível que o respeito seja um dos principais pilares a ser seguido nas relações médico-paciente, incluindo aquelas que envolvem mulheres no ciclo gravídico-puerperal.

Considerando a pesquisa realizada em 2023 pela Fundação Oswaldo Cruz, a violência obstétrica caracteriza-se pela “apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde que se expresse por meio de relações desumanizadoras, de abuso de medicalização e de patologização dos processos naturais, resultando em perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.”. Desse modo, a utilização de práticas invasivas e não

consensuais, como a administração de medicações para acelerar o parto, desconsiderando o bem-estar da mãe e do bebê, infringe não só o código de ética médica, mas também a lei 7.461/2024.

Tal diretriz estipula aos profissionais que violarem essa legislação sanções como, advertências, multas e suspensão ou cassação do registro profissional, respectivo ao conselho ao qual esteja vinculado. Proposto por Paula Belmonte, Deputada Federal, esse decreto tem como finalidade a garantia de uma gestação digna e um parto respeitoso a todas as mulheres. A distrital afirma ao apresentar o projeto “A implementação dessa lei será essencial para proteger as mulheres e seus filhos durante o processo de nascimento e melhorar a qualidade da assistência obstétrica no Distrito Federal”.

Diante do exposto, é possível observar uma correlação entre a negligência médica e o número exponencial de mulheres violentadas em seu período gestacional. Tendo isso em vista, é fundamental a implementação e o cumprimento das diretrizes do código de ética médica, já que o mesmo assegura a dignidade e o direito de escolha das mulheres, não só como mães, mas também como ser humano, sendo esse um direito básico da vida.

Portal de Boas Práticas em
Saúde da Mulher, da Criança
e do Adolescente

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: CONCEITOS E EVIDÊNCIAS



Violência Obstétrica

Entende-se por violência obstétrica a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde que se expresse por meio de relações desumanizadoras, de abuso de medicalização e de patologização dos processos naturais, resultando em perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.

Impacto emocional na vítima

Dentro do tema, muito se discute sobre a necessidade de políticas públicas eficazes e a omissão e banalização disso por parte do governo. Apesar da saúde da mulher ter sido incorporada ao sistema brasileiro de políticas públicas entre as décadas de 30 e 70, com o Programa Nacional de Saúde Materno Infantil, o mesmo não abrangia todas as necessidades das parturientes, não levando em conta a saúde mental e o processo de puerpério dessas mulheres.

É de conhecimento geral que os danos causados pela violência obstétrica em gestantes tornam-se cicatrizes duradouras que ultrapassam o parto, contudo, pouco se discute quanto às sequelas fomentadas pela agressão psicológica, que podem vir a ser até maiores que os danos físicos. Igualmente, a pesquisa “Nascer do Brasil I”, realizada pela Fio Cruz, aponta que a incidência da depressão pós-parto acomete a grande maioria das mulheres vítimas da violência obstétrica. Nesse sentido, o acompanhamento emocional obrigatório para tais mulheres seria um importante fator no processo de recuperação, evitando doenças subsecutivas, como depressão, ansiedade e transtornos mentais.

As Nações Unidas caracterizam a coação e a privação arbitrária de liberdade como uma forma de violência, tal qual a obstétrica, já que seus impactos psicológicos e emocionais estão constantemente presentes nas vítimas. Experiências invasivas nas dependências hospitalares causam traumas que excedem o período gestacional, abalando o psicológico da mulher devido à sensação de impotência sobre o próprio corpo. Segundo o Ministério da Saúde, a depressão pós-parto, que é uma das consequências desse trauma, pode afetar a relação entre a mãe e o filho, sobretudo no que se refere ao aspecto afetivo.

Outro aspecto que pode ser observado como violência obstétrica em alguns cenários, é a cesariana. Segundo um estudo feito pela professora e psicóloga, Rafaela de Almeida Schiavo, “Cerca de 70 a 80% das mulheres no início da gestação desejam ter um parto normal, mas infelizmente ao longo do tempo principalmente por influência de seu obstetra durante o pré-natal as mulheres vão deixando o desejo de parir dando lugar a aceitação de uma cesariana”. A prática da cesária torna-se uma violência quando esta é realizada desnecessariamente e contra a vontade da parturiente, desse modo, as mulheres que têm esse direito de escolha negado, tendem a adquirir depressão pós-parto.

Em síntese, a negligência médica quanto ao fator emocional, pode gerar consequências desastrosas e duradouras para as vítimas de violência obstétrica. Desse modo, uma mudança é imprescindível para o auxílio e amparo não só para a saúde dessas mulheres em geral, mas

também a de seus filhos, que são tão vítimas quanto suas mães. Essas crianças, muitas vezes, acabam levando a “culpa” desse trauma, gerando quadros de abandono, maus tratos e negligência. Sendo assim, urge a necessidade de uma reestruturação na conduta médica de todo o sistema de saúde, seja esse público ou privado.

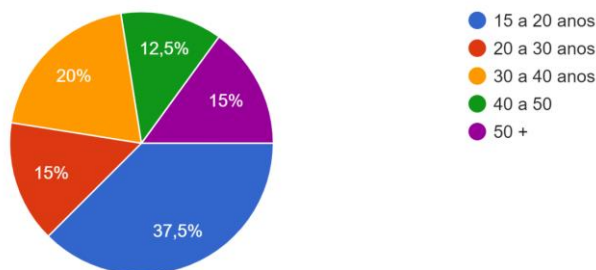
Resultados e Discussões

Dados Tabulados (pesquisa de campo):

Com a finalidade de aprimorar a pesquisa realizada, elaboramos um questionário como método de pesquisa de campo. O formulário contém 15 perguntas e foi respondido exclusivamente por mulheres, trazendo para a realidade tudo o que foi apresentado em teoria. Foram dois dias de pesquisa, um no terminal de ônibus do Tucuruvi e o outro no Shopping Metrô Tucuruvi, atingindo diversas realidades e camadas da sociedade. Obtivemos 40 respostas e as perguntas foram, respectivamente:

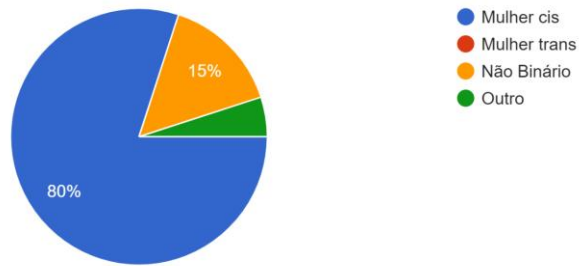
• Qual a sua idade?

Qual a sua idade ?
40 respostas



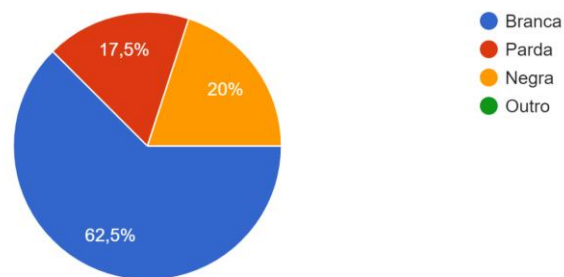
• Qual o seu gênero?

Qual o seu gênero ?
40 respostas



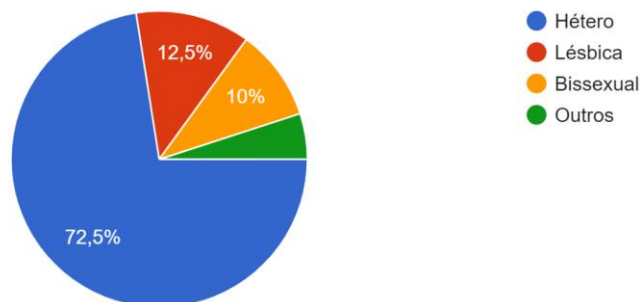
- Qual a sua etnia?

Qual a sua etnia ?
40 respostas



- Qual a sua sexualidade?

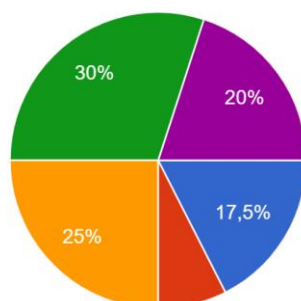
Qual a sua sexualidade ?
40 respostas



• Qual o seu grau de escolaridade?

Qual o seu grau de escolaridade ?

40 respostas



- Ensino básico incompleto
- Ensino básico completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

• Qual a sua profissão?

Advogada 2

Analista de RH 1

Aposentada

Arquiteta

Atendente

Telemarketing

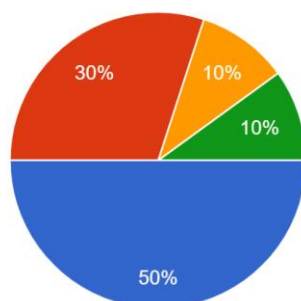
Auxiliar de limpeza

Biomédica

• Qual o seu estado civil?

Qual o seu estado civil ?

40 respostas

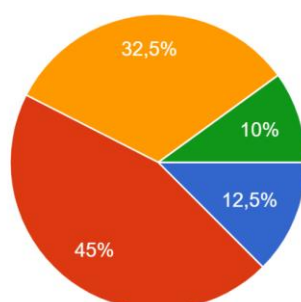


● Solteira
● Casada
● Viúva
● Divorciada

• Pertence a qual classe social?

Pertence a qual classe social ?

40 respostas

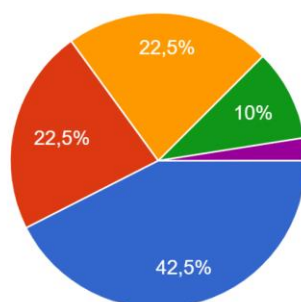


● Baixa
● Média baixa
● Média alta
● Alta

• Possui filhos? Se sim, quantos?

Possui filhos ? Se sim, quantos ?

40 respostas

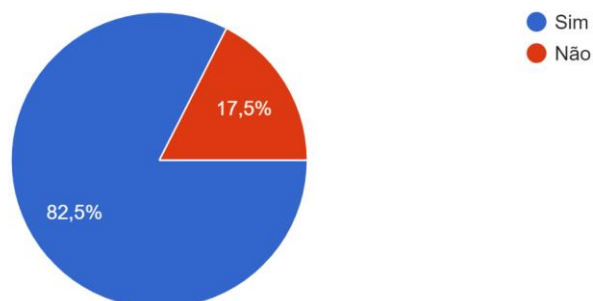


● Não
● Sim, 1
● Sim, 2
● Sim, 3
● Sim, 3+

• **Você possui convênio médico?**

Você possui convênio médico ?

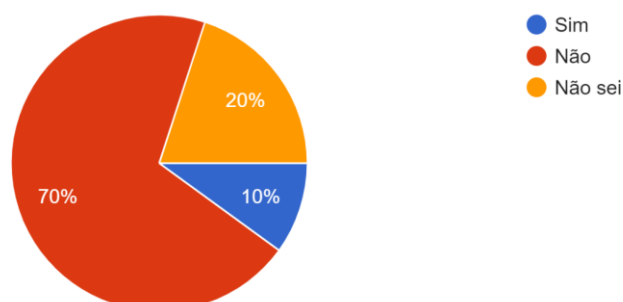
40 respostas



• **Você considera o sistema de saúde público adequado para auxiliar mulheres durante a gestação e no pós parto?**

Você considera o sistema de saúde público adequado para auxiliar mulheres durante a gestação e no pós parto ?

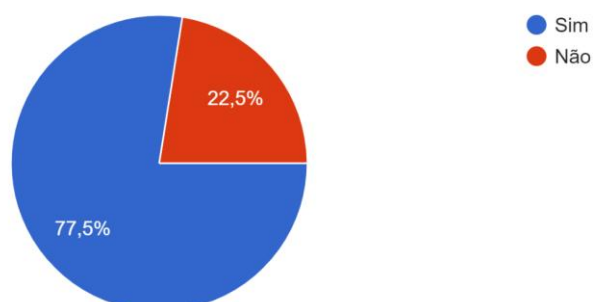
40 respostas



• **Você sabe o que significa o termo Violência Obstétrica?**

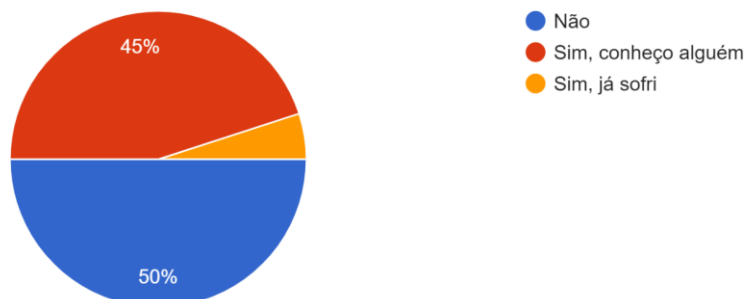
Você sabe o que significa o termo violência obstétrica ?

40 respostas



- **Você já sofreu ou conhece alguém que tenha sofrido violência durante/após o trabalho de parto? Se sim, descreva esse episódio.**

Você já sofreu ou conhece alguém que tenha sofrido violência durante/após o trabalho de parto ?
40 respostas



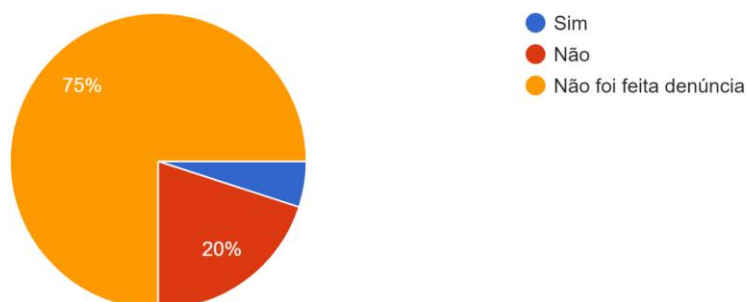
- **Você, ou a pessoa que tenha sofrido a violência, denunciou?**

Você, ou a pessoa que tenha sofrido a violência, denunciou ?
40 respostas



- **Caso tenha sido denunciado, a denúncia teve algum efeito?**

Caso tenha sido denunciado, a denúncia teve algum efeito ?
40 respostas



- **Caso você já tenha sofrido este tipo de violência, relate abaixo:**

“Pede pra você não gritar, força o parto do jeito deles”

“Conheço mulheres que acreditam terem sido violentadas enquanto estavam sedadas, por não terem acompanhante, principalmente na rede pública”

“Uma colega teve parto normal com indução, e nisso por conta da violência obstétrica resultou em ela ficar de cama por alguns meses.”

“Minha mãe, durante meu parto, sofreu certo assédio durante, e depois foi tratada de forma desigual e inadequada durante o pós parto, pois o médico cujo realizou, era poderoso e fez a cabeça de terceiros para que à destratassem.”

“Ouve uma má administração da anestesia de minha tia, durante o parto, e não se sentiu bem tratada pela equipe.”

“Durante meu primeiro parto, quando eu estava dopada, foram feitos procedimentos cujo não tinha concordado e invasivos, onde quando eu os questionava, não era respondida e até hoje sofro traumas disso.”

“O enfermeiro que realizou o parto, não estava totalmente preparado para fazer o parto de minha prima, causando problemas respiratórios no filho dela que nascia.”

Considerações Finais

Foi possível observar, por meio da análise dos documentos e pesquisas referenciados, uma desinformação e falta de engajamento tanto social quanto político ou abordar esse tópico que continua extremamente fincado no âmago da nossa sociedade. Do mesmo modo, essa realidade foi perceptível durante a realização da pesquisa de campo, por muitas vezes o assunto foi banalizado e muitas mulheres preferiram não responder em decorrência do tema. Essa experiência nos mostra o quanto essa temática ainda é um tabu na sociedade, mesmo para o público feminino, sendo inerente à escolaridade e permeando diversas camadas da sociedade.

Ademais, a falta de diálogo sobre o tema Violência Obstétrica e muitas vezes a falta de auxílio às vítimas contribui não só para a invisibilidade desse problema social em específico, mas também possui uma parcela de culpa nas inseguranças vivenciadas pelas milhões de mulheres brasileiras em diversos momentos de suas vidas, incluindo no parto, que deveria ser um ambiente de acolhimento e felicidade e acaba se tornando um evento violento e traumatizante.

Por essa razão, a fim de aproximar o que foi analisado nos documentos da realidade, realizamos uma pesquisa de campo na qual obtivemos respostas de 40 mulheres. Com isso, mesmo conseguindo um número abaixo do esperado de respostas, foram feitas aproximadamente 200 abordagens, dentre as quais quase 75% foram mal sucedidas. Durante as tentativas de realizar as perguntas ouvimos coisas do tipo “mas algumas vezes é frescura, né” ou “ai desculpa, não tenho tempo pra esse assunto”, essas situações só refletem a falta de diálogo e engajamento no assunto.

Posto isso, das entrevistadas mais da metade diz conhecer e/ou ter sofrido esse tipo de violência, dentre as quais apenas 20% denunciaram e apenas uma diz ter obtido algum resultado. Logo, urge uma mudança de pensamento e atitudes a respeito desse tópico, tanto no âmbito político quanto no social, em prol do fim das violências e abusos diários presentes nas vidas da maioria das mulheres. Levar e gerar informação se torna indispensável, bem como, uma reação por parte dos Três Poderes para a elaboração de políticas específicas em favor de toda a população feminina brasileira.

Dados posteriores serão apresentados no dia do evento.

Referências Bibliográficas

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução CFM nº2217, São Paulo, 27 de setembro de 2018. Disponível em: [<https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>]. Acesso em: 01 out. 2024.

PARAÍSO, Emily. Violência Obstétrica, uma questão de saúde pública: Revisão Integrativa. Goiânia: PUC Goiás, 2022. Disponível em: [<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4134/1/Viol%C3%Aancia%20obst%C3%A9trica%20uma%20quest%C3%A3o%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica%20revis%C3%A3o%20integrativa.pdf>]. Acesso em: 18 set. 2024.

HUMANIZAÇÃO NO PARTO. Ministério da Saúde, Brasília-DF, 2002. Disponível em: [<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>]. Acesso em: 01 out. 2024

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Postagens: Violência Obstétrica: conceitos e evidências. Rio de Janeiro, 24 ago. 2023. Disponível em: [<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/violencia-obstetrica-conceitos-e-evidencias/>]. Acesso em: 15 mai. 2024

ASSIS, K.; MEURER, F.; DELVAN, J. Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica. Itajaí: Psicologia ARGUMENTO, 2021. Disponível em: [<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/27239/pdf>]. Acesso em 18 set. 2024.

ZANARDO, G. et al. Violência Obstétrica no Brasil: uma visão narrativa. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: [<https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7CMV7LK79LJTnX9gFyWHNN/?lang=pt>]. Acesso em: 11 set. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde Brasil 2011. Brasília- DF, 2012. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2011.pdf]. Acesso em: 25 set. 2024.

SCHIAVO, Rafaela. Violência contra a mulher na gestação e parto pode levar a problemas de saúde mental no pós- parto. São Paulo, 2024. Disponível em [<https://materonline.com.br/violencia-contr-a-mulher-na-gestacao-e-parto-pode-levar-a-problemas-de-saude-mental-no-pos-parto/>] . Acesso em: 14 set. 2014.

MINAYO, M e GUALHANO, L. Violência obstétrica prejudica o bebê e sua mãe. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: [<https://cienciaesaudecoletiva.com.br/novidades/violencia-obstetrica-prejudica-o-bebe-e-sua-mae/243?id=243>] . Acesso em: 28 out. 2024.